

ESTADO DE SÃO PAULO
Séria advertência

O presidente José Sarney deve demonstrar à Nação que os cinco anos que obteve da Assembléia Nacional Constituinte servirão para alguma coisa. No mínimo para que exerça autoridade sobre a burocracia e lhe imponha a sua política. De nada terá servido à Nação conformar-se com as decisões da Assembléia, se o restante do mandato presidencial for caracterizado pela consolidação do poder burocrático e pelo esvaziamento progressivo do que resta de autoridade na Presidência da República.

Aplicar-se-ia bem ao presidente José Sarney a imagem de Janus, bifronte: uma delas anuncia com clareza e precisão os males de que padece o Brasil e as soluções para a crise; a outra, fecha-se na inércia, deixa as coisas seguirem seu curso natural, enquanto vê triunfar o contrário do que pretendeu fosse feito. A primeira foi consumida pelas tempestades e está irreconhecível; a segunda, apesar de igualmente batida pelos ventos, é, ao contrário da outra, facilmente identificável: a máscara reproduz os interesses da oligarquia e as manobras do compadrio, da política de cartórios, o nacional-oligarquismo. Esse é o drama da república que se pretendeu instalar em 1985: a segunda, isto é, a que representa o antigo, triunfa sobre a primeira, ou seja, o novo, que só tem condições de articular as palavras, mas não de transformá-las em atos. Em outros termos, o poder da Presidência está paralisado porque o presidente não consegue vencer as circunstâncias que o rodeiam.

Exemplo mais do que claro da distância que vai entre as palavras e os atos do chefe de governo é sua política industrial. Anuncia com grande alarde, e obtendo em tese o apoio de todos os setores da sociedade brasileira interessados em fazer que o Brasil progrida, essa política está parada à espera de

regulamentação. Os órgãos que devem elaborar os atos normativos são os antigos, ou imitação deles. O trabalho está andando a ritmo de Brasil velho, ou simplesmente parou. Enquanto isso, as velhas normas prevalecem e a modernização do Brasil espera. Enquanto isso, os investidores estrangeiros começam a perguntar-se se vale a pena esperar, e os brasileiros que desejam construir alguma coisa de novo e moderno principiam a descrecer.

Os casos da Tenpo e da Rhodia são ilustrativos da maneira sutil pela qual os *albaneses* conseguem fazer triunfar o antigo. No primeiro deles, trabalhadores brasileiros têm interesse em associar-se à Olivetti, *respeitando todas as condições da lei brasileira vigente*, para começar a produzir na área genericamente coberta com o título de informática. No segundo, a empresa francesa quer expandir sua produção de fenol. Nos dois, a burocracia *albanesa* cria dificuldades. No primeiro deles, em nome da pureza nacionalista da lei da informática; no segundo, alegando a necessidade de preservar o mercado da ameaça de uma ação monopolística de parte da Rhodia.

Fiquemos um pouco no caso Rhodia, em que não podem envolver-se interpretações cavilosas da lei nem sentimentos nacionalistas mal expressos. Que pretende a empresa francesa? Investir 150 milhões de dólares *seus*, sem incentivos ou subsídios, para produzir produto que o Brasil importa, pois a fábrica que a Rhodia já tem em operação no Brasil não atende ao consumo interno. Num país civilizado — e no país que o presidente da República disse pretender construir — não haveria problemas e a empresa teria liberdade de criar empregos e pagar impostos. No Brasil antigo, representado pelo presidente Sarney quando Janus muda de face, não se

sabe quais as razões que levam o CDI a negar autorização para que a obra se inicie. A rigor, sabe-se que existem duas empresas brasileiras, disputando o privilégio de fabricar fenol. Como há concorrência, e pretextando evitar que a Rhodia tenha o monopólio da fabricação do produto, o CDI não decide. O medo de que os franceses tenham um monopólio impede que os brasileiros trabalhem. Essa é a política da velhíssima república burocrática.

A Rhodia parece vítima preferida dessa mentalidade. Tempos atrás, construiu fábrica para produzir ácido acetil-salicílico e só pôde operá-la — com restrições — depois de muito tempo, porque havia empresa brasileira que se habilitara a fazer o mesmo produto. A solução governamental foi "salomônica": enquanto a empresa nacional não pôde tomar conta de seu cartório, a Rhodia obteve permissão para vender o ácido acetil-salicílico no mercado interno; depois, só no externo! O *depois*, curiosamente, chegou ontem. Agora, nem isso pretendem permitir: o mercado nacional, como reza a futura Carta, é patrimônio nacional. Os estrangeiros não podem pensar em fazer aquilo que os nacionais dizem ter condições de realizar.

Enquanto a burocracia se ri da política industrial do presidente Sarney, a Rhodia refaz sua programação e comunica às autoridades que irá fabricar fenol onde o ato de trabalhar é bem visto. Conhecendo-se o entusiasmo com que a empresa sempre se houve na realização de seus projetos no Brasil; o empenho que sempre demonstrou em investir no Brasil mesmo nas horas mais sombrias, a entrevista do sr. Edson Vaz Musa deve servir como a primeira advertência séria do capital estrangeiro ao presidente da República: ou ele comanda a burocracia, ou governará daqui para a frente assentado na sucata de uma indústria que se pretendeu moderna dez anos atrás.